

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**CURSO DE HISTÓRIA- LICENCIATURA**

**KÊNYA JESSYCA MARTINS DE PAIVA**

**MULHERES TRABALHADORAS DE JAGUARÃO/RS: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE  
*FRANCISCA E EMÍLIA* ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1960.**

**Jaguarão.**

**2014**

**KÊNYA JESSYCA MARTINS DE PAIVA**

**MULHERES TRABALHADORAS DE JAGUARÃO/RS: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE  
*FRANCISCA E EMÍLIA* ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1960.**

Monografia apresentada ao Curso de História –  
Licenciatura Plena, Integral- da Universidade Federal do  
Pampa – Campus Jaguarão, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cássia Daiane Macedo da  
Silveira

**Jaguarão.**

**2014**

**KÊNYA JESSYCA MARTINS DE PAIVA**

**MULHERES TRABALHADORAS DE JAGUARÃO/RS: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE  
*FRANCISCA E EMÍLIA* ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1960.**

Monografia apresentada ao Curso de História –  
Licenciatura Plena, Integral- da Universidade Federal do  
Pampa – Campus Jaguarão, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciado em História.

Monografia defendida e aprovada em: 21 de janeiro de 2015

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira

Orientadora

UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Leticia de Faria Ferreira

UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Regina Célia do Couto

UNIPAMPA

Dedico a minha amiga, confidente, professora e melhor pessoa que já conheci. À uma grande guerreira que por sorte também é minha avó: Terezinha Vaz (em memória).

Com amor e ótimas lembranças.

## **AGRADECIMENTOS**

Realizar agradecimentos é sempre uma tarefa difícil, pois a nossa formação humana e neste caso, humana/docente, é invadida por muitos sujeitos que caminham conosco e auxiliam de diferentes formas na nossa construção social, ideológica e política. Nesse sentido, destacarei as principais pessoas e instituições que estiveram diretamente ligadas a este período de construção do temido e desafiador trabalho de conclusão de curso.

Primeiramente, agradeço a minha mãe, Jane e a meu pai, Paulo, pois apesar de mal ter conseguido vê-los durante este semestre atípico e corrido foram estas duas pessoas quem me deram e dão a força necessária para caminhar com sabedoria e autoconfiança. Estes são sempre os primeiros a agradecer.

Ao Bob, meu amigo, meu companheiro de militância, de caronas e de abraços. Toda força que recebi durante a concretização da pesquisa, seja na busca por conhecer as senhoras, seja conseguindo o gravador, me dando boas ideias e ajudando a compreender algumas falas, tudo isso quero registrar aqui. Esse trabalho não foi fruto só meu, pois muitas outras “cabeças” estiveram pensando e ajudando a moldar ele.

Agradeço a minha orientadora, professora Cássia que soube ser paciente, compreensiva e principalmente, atenciosa. Nessa fase final da graduação tudo que precisamos é de uma pessoa que realmente nos dê suporte, faça boas indicações e busque entender nossos anseios, por vezes mal entendidos por nós mesmas. Ser uma profissional sem esquecer que já foi estudante é um desafio, a Cássia foi aprovada com êxitos e estará sempre entre minhas recomendações.

Às minhas queridas entrevistadas, sempre tão dispostas a rememorar histórias que acreditavam nem ser tão importante assim para a História. Por elas nutro um carinho imensurável e as agradeço primeiramente pela chance de descobrir toda potencialidade que trabalhar com a oralidade me proporcionou, assim como, descobrir o quanto me faz bem ouvir relatos de senhoras tão batalhadoras e inteligentes.

Ao Thomas Silva, pelo empréstimo do gravador. Graças a ele pude ouvir várias vezes os relatos das minhas entrevistadas e assim, realizar a árdua tarefa de transcrever cada palavrinha e organizar os trechos para as análises. Seu gravador foi muito bem utilizado e ajudou a memória dessa jovem pesquisadora!

Ao estudante Douglas Pereira por estar presente na hora e no local certo para me ajudar, foi este senhor muito simpático e dedicado à História que me indicou nome e moradia de D. “Emília”. A ele também vai meu agradecimento, pois mesmo nos conhecendo pouco ele compartilhou comigo seu conhecimento e fez assim, o que eu chamo de “trabalho de historiador”, auxiliar as pessoas para saberes que já possuímos.

Carinhosamente, gostaria de fazer menção especial, sem citar cada nome pois são muitos, aos estudantes do movimento estudantil, a “companheirada” do MST, do MNLM e ao nosso engajado Coletivo Feminista Margaridas, por estarem comigo e transformarem toda minha visão de mundo, de sociedade e de transformação social. O tempo foi curto, mas sem dúvidas, deixaram inesquecíveis lembranças e aprendizados, este trabalho só existe por que com vocês compartilho a crença de um mundo melhor: feminista, democrático, com participação popular, socialista e libertário.

E por último, devo agradecer fortemente, as mulheres feministas pela luta combativa ao sexismo, machismo, racismo e a busca de desnaturalizar concepções culturais preconceituosas. A vocês, cujos rostos desconheço, vai meu forte agradecimento! Certamente não estaria eu, estudando numa universidade, buscando independência econômica e a inserção nos debates políticos, assim como também, escrevendo com o intuito de dar voz a História de duas mulheres, caso o passado não tivesse as marcas de muitas personagens que agitaram pela igualdade entre os gêneros, liberdade humana e extinção do capitalismo.

Obrigada à todas e à todos!

A vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de submeter o ponto de vista da dominação, procurando mostrar a presença, a ação das mulheres na plenitude de seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes. Caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

*Michelle Perrot*

## **RESUMO**

O tema de reflexão dessa pesquisa é a vida das mulheres da classe trabalhadora, privilegiando o período entre as décadas de 1950 e 1960 em Jaguarão/RS. A memória e a história foram sendo construídas através da metodologia da História Oral, de modo a dar voz a uma comerciante e uma enfermeira. Dessa forma, entrevistei duas senhoras a fim de, conhecer e apresentar suas lembranças para então discutir e problematizar aspectos silenciados, ambiguidades e ausências da história dessas trabalhadoras jaguarenses. Procuro compreender os motivos que fizeram essas mulheres, hoje senhoras com idade superior aos 70 anos, a se inserirem no mercado de trabalho, assim como suas dificuldades, formas de resistências, questões salariais, relações familiares, e toda gama de aspectos trazidos pelas memórias das suas experiências de vida.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mulheres; trabalho, histórias de vida.



## **RESUMEM**

El tema de reflexión de esta investigación es la vida de las mujeres de clase trabajadora, centrándose en el periodo comprendido entre los años 1950 y 1960 en Yaguarón / RS. La memoria y la historia se han construido utilizando la metodología de la historia oral, para dar voz a una comerciante y una enfermera. Por lo tanto, entrevisté a dos mujeres para conocer y presentar sus memorias para luego discutir y pregunta silenciados aspectos, ambigüedades y ausencia de historia de estas jaguarenses trabajadoras. Tratar de entender los motivos que llevaron a estas mujeres, hoy en día las mujeres mayores de 70 años, que trabaja en el mercado de trabajo, así como sus dificultades, formas de resistencia, las cuestiones salariales, relaciones familiares, y toda la gama de aspectos traído los recuerdos de sus experiencias de vida.

**PALABRAS - LLAVES:** Mujeres; trabajo, historias de vida.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. FAMÍLIA, CASAMENTO, MATERNIDADE E SOCIEDADE.....	17
2. TRABALHO, LAZER, ESTUDO E POLÍTICA.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	53

## INTRODUÇÃO

O objeto de reflexão dessa pesquisa são as mulheres da classe trabalhadora. Pretendo então discutir e problematizar aspectos silenciados e ausências da história das mulheres trabalhadoras de Jaguarão. Procurei compreender os motivos que fizeram as mulheres de Jaguarão se inserirem no mercado formal de trabalho nas décadas de 1950 e 1960 e como foram as experiências de trabalho na vida dessas mulheres. Através da memória captada com a metodologia da História Oral dei voz a uma comerciante e a uma enfermeira, privilegiando o período entre as décadas de 1950 e 1960.

A história das mulheres está intimamente ligada a um movimento social, pois de acordo com Louise Tilly (1994, 31) ela foi escrita, mesmo que não houvesse definição por parte das escritoras, através de convicções ideológicas baseadas na ação dos movimentos feministas que reivindicavam (e ainda reivindicam) espaço igualitário na história, na política, no trabalho e na vida como um todo. Sabemos que não existe História sem as mulheres, o que abordo aqui é a historiografia das mulheres, que articulada às inovações histórico-metodológicas deu lugar a uma gama de temas atuais para analisar sobre os sentimentos, maternidade, corpo, família, etc.

Mesmo com a expressiva participação de trabalhadoras no processo de industrialização no Brasil desde o século XX, submetidas a cruéis jornadas de trabalho, os registros históricos que focalizem essa presença é reduzido. A maior parte dos relatos históricos relacionados às mulheres foi e é realizado pela ótica masculina. Um dos problemas encontrados durante a realização da revisão bibliográfica esteve ligado à quantia reduzida de pesquisa sobre as mulheres no Rio Grande do Sul e menor ainda no contexto local, onde só encontrei textos escritos por memorialistas jaguarenses. A nível regional foi possível encontrar no artigo de Joana Maria Pedro, “Mulheres do Sul” (PEDRO, 2009. 278-321), algumas problemáticas para pensarmos nessa pesquisa. O estudo parte das capitais do Sul, indo então a Curitiba, Florianópolis e, por fim, a Porto Alegre.

A autora explica a influência das ideias Positivistas na abordagem do papel complementar das mulheres em relação aos homens, partindo da máxima de que as mulheres como mães têm o dever da ótima criação, pois estaria em suas mãos a responsabilidade pelas futuras gerações. Apesar de não fugirem à regra no quesito padronização do papel feminino na sociedade, o Positivismo defendia a educação para as mulheres como meio delas se instrumentalizarem para melhor ofertarem a educação aos filhos. Essa talvez seja uma diferença crucial para este momento histórico, pois num mundo onde eram tão somente os homens quem dominava a política e a economia, educar as mulheres parece ser um avanço (PEDRO, 2009, 299). Com motivações específicas, mas ainda assim, um avanço.

Pedro mostra, através do uso de jornais, como eram divulgadas imagens idealizadas do lugar feito naturalmente para as mulheres: no lar estaria os afazeres próprios para o feminino, como o cuidado com as roupas do marido, o preparo dos alimentos para manter satisfeito o homem que chega cansado do trabalho, a atenção com as crianças que precisam de ensinamentos que só a mãe poderia oferecer, entre outras coisas (PEDRO, 2009, 281). Mesmo com o alcance limitado que tinham jornais do período pesquisado por Pedro, era essa visão sobre os comportamentos ideais das mulheres propagandeados e vendidos pelos homens a quem era letrado e tinha acesso. A autora apresenta como essa cultura do Mito do amor materno, da fragilidade, delicadeza e do casamento como meio pra adquirir respeito e felicidade, fora reproduzido também entre as mulheres.

Com as modificações trazidas pelo avanço do Capitalismo e a industrialização durante o século XX, vieram também transformações no mundo do trabalho, como a inserção das mulheres em trabalhos antes característicos dos homens, por isso a escolha do período de 1950 a 1960, e também pela possibilidade de construir a pesquisa através da oralidade de mulheres “daquele tempo”. Assim, as mulheres que trabalhavam sobretudo cuidando dos afazeres domésticos, passaram a aglutinar outras tarefas, inserindo-se no mercado formal de trabalho, em sua maioria para auxiliar nas despesas da família, como foi o caso de ambas entrevistadas. Quando se fala sobre as formas de sobrevivência através do trabalho é preciso defender que as mulheres pobres sempre trabalharam, seja dentro de casa, seja nas ruas, como ambulantes, lavadeiras, cozinheiras, entre muitos outros serviços. As negras, assim como atualmente, além de trabalharem em serviços com salários mais baixos do que

as brancas, sofreram e sofrem com o racismo e com a sexualização de seus corpos. No princípio gostaria de ter realizado entrevista com uma mulher negra e outra branca, justamente para problematizar o machismo unido ao racismo em espaços de trabalho, mas infelizmente não encontrei nenhuma mulher negra que tenha adentrado no mercado formal de trabalho, apenas no informal, fato que também nos possibilita pensar em quais eram os locais em que as mulheres negras eram “aceitas”.

A inserção das mulheres no trabalho traz consigo também algumas modificações na estrutura trabalhista, como, por exemplo, na década de 1970 quando os movimentos sociais eclodiram pelo país e algumas mulheres começaram a se organizar enquanto categoria, propondo reivindicações, como redução da jornada de trabalho, paridade salarial e creches. As mulheres começaram a adentrar no mercado formal de trabalho, passando a ter empregos com salários fixos e até mesmo carteira de trabalho, entretanto todas essas conquistas mexeram muito pouco com a estrutura do sistema, tanto que ainda hoje - século XXI - encontramos pesquisas que informam a diferença salarial de homens e mulheres que realizam os mesmos serviços.

Essa pesquisa está inserida nas abordagens de História Social, que têm como base o estudo de pessoas comuns, fugindo então dos grandes heróis e entrando na análise do cotidiano (CASTRO, 1991, 60), e também na História das Mulheres que está envolvida na luta por colocar as mulheres como agentes da história, algo até pouco tempo atrás incabível na historiografia escrita e produzida pelos homens. Para alcançar o propósito de dar voz às mulheres é preciso compreender que a História das mulheres está intimamente ligada ao conceito de gênero. A invisibilidade das mulheres não aconteceu (e continua acontecendo) por acaso, ela teve motivos relacionados aos papéis sociais dos gêneros, advindos pelo sistema patriarcal no qual vivemos.

Conforme Joan Scott, a definição de gênero implica em dois níveis, quais sejam o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os dois sexos e o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis (SCOTT, 1990, 34). Contrariando o

determinismo biológico em que a genitália da pessoa vale mais do que a sua identidade, o conceito de gênero atualmente têm sido utilizado como teoria para a questão da diferença sexual. A partir dessa compreensão foi possível se traçar estudos sobre a criação social dos papéis ideais para mulheres e homens na família, no trabalho e na vida, bem como as relações entre mulheres e homens.

Encontram-se poucos documentos escritos por mulheres e a informação de como representavam a si mesmas e ao trabalho era restrita, até porque a educação neste tempo era privilégio da elite que podia pagar por ela. Ainda assim, podemos encontrar textos escritos por militantes socialistas e anarquistas retratando a organização das mulheres e conscientização política do proletariado. Se pouco se sabe sobre as mulheres trabalhadoras em grandes capitais, não seria diferente o sentimento de ausência dessa importante história a nível local. Nesse sentido, a pesquisa se justifica a partir do momento em que se propõem discutir e problematizar aspectos silenciados da história das mulheres trabalhadoras. Para com isso, buscar discutir o lugar em que as mulheres ocupam nessa sociedade patriarcal jaguareense e como foram vencidos tais desafios de ser mulher trabalhadora.

Nesta pesquisa, utilizei o conceito de trabalho como uma atividade comum às pessoas, mas que fora modificado com a passagem da industrialização e que fez com que sua estrutura social se modificasse, incluindo no mercado formal remunerado mulheres e do mesmo modo, introduzindo uma “segregação sexual mais rigorosa em uma divisão do trabalho mais acentuada que induz ‘especialidades’ para as mulheres” (PERROT, 1998, 253). Busquei observar como a divisão sexual das tarefas se colocou na história de vida das mulheres protagonistas da pesquisa e se essa estrutura provocou diferenças no âmbito pessoal e do lar.

A memória foi basilar nessa pesquisa, pois utilizei as próprias vozes das mulheres para descobrir aspectos do passado e do cotidiano delas. Compreendo a memória como algo comum das pessoas e diferente do que um dia se pensou, não é algo linear ou inflexível. Mas sim, algo que se transforma por ter na sua essência o dinamismo e abordar fatos e acontecimentos de acordo com motivações e lembranças próprias do indivíduo mesmo que, vivido em coletividade. Isto é, apesar de encontrarmos pessoas que vivenciaram experiências no mesmo local, por

exemplo, ao contarem essas histórias trarão à tona as mesmas lembranças de maneiras diferentes. (POLLACK, 1989, 3)

Com a Nova História emergiram novas metodologias, incluindo outros objetos e conceitos para análise e compreensão histórica. É nesse cenário de transformações que se inclui a memória nas pesquisas historiográficas. Sobre a memória, Le Goff aborda que “pode se apresentar como propriedade de conservar certas informações, remete-nos (...) a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões”. (LE GOFF, 1994, 28). Nesse trabalho a História Oral será utilizada como metodologia de pesquisa que se utilizará de entrevistas com mulheres que vivenciaram períodos e fatos (ALBERTI, 2010, 155-156). “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que (...) se opõem à ‘Memória oficial’”. (POLLAK, 1989, 12). Dessa forma, a História Oral se coloca como importante campo de estudo para reconhecer as múltiplas vivências e atuações das mulheres no tempo.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram, majoritariamente, as entrevistas realizadas com as senhoras: Francisca (nome fictício), hoje aos 84 anos, no período de 1960 ficou viúva com quatro filhos pequenos, precisou começar a trabalhar no Hospital como enfermeira e Emília (nome fictício), que trabalhou no comércio desde os 18 anos até se aposentar. Para trazer ao debate a trajetória dela utilizei como técnica de entrevista, no primeiro momento um questionário com perguntas específicas, tais como: Quais eram suas funções no local de trabalho? Qual era a carga horária que você cumpria? Seu/sua chefe era homem ou mulher? Qual era sua relação com ele ou ela? Você lembra qual a relação entre ele e seus/suas colegas de trabalho? Havia diferenças de cargos atribuídos entre homens e mulheres? E as suas colegas, elas trabalhavam em quais setores? Na sua função você era bem remunerada, lembra-se do salário da época? Já participou de algum tipo de organização política como sindicatos, partidos, organização de mulheres?

Posteriormente ao ler outras pesquisas e já ter tido a primeira amostra do rendimento dessa forma de entrevistar, julguei ser mais interessante modificar e pedi que elas contassem livremente aquilo que acreditavam ser importante sobre suas histórias de vida. A partir da segunda entrevista, as senhoras trouxeram relatos de

momentos alegres e tristes de suas vidas, sentiram-se mais a vontade para pensar, refletir e escolher aquilo que gostariam de expor, inclusive deram continuidade a questões trazidas na primeira entrevista.

As informações foram analisadas a partir de três eixos de discussão, ou seja, trabalho, gênero e memória. Para o entendimento e discussão de trabalho e gênero contribuíram autoras que enfatizam as mulheres no trabalho, como Michelle Perrot, (2005), Heleieth Saffioti (2001), Joan Scott (1987) e Raquel Soihet (1997). Para analisar as memórias e as falas das duas senhoras foram utilizados estudos de: Michael Pollack (1989), Verena Alberti (2005) e Giovanni Levi (1992).

Os problemas que tentei responder através da investigação histórica são: Houve alguma transformação na representação de padrões de trabalho para mulher e trabalho para homem? Como foi para as mulheres esse período de inserção no mercado de trabalho? Como elas organizam sua história através da memória? Como conseguiram (se conseguiam) levar suas vidas trabalhando dentro e fora de casa e ainda cuidando dos filhos e das filhas (no caso de uma das senhoras)?

No primeiro capítulo, inicio relatando como foi o processo de conhecimento e procura pelas senhoras, posteriormente apresento cada uma delas a partir dos depoimentos coletados nas entrevistas. Desse modo, trago as memórias delas sobre as relações com a família, redes de solidariedades, amizades, matrimônio e não matrimônio, afazeres domésticos, comportamentos que escapam às regras tidas como ideais para mulheres na época, silenciamentos e limitações. A partir das lembranças faço algumas análises e reflexões com auxílio de historiadoras e historiadores, bem como, mostro exemplos de pesquisas com história oral que se assemelham ou divergem dos casos que encontrei.

No segundo capítulo, exponho questões abordadas pelas senhoras referentes ao trabalho, relações empregada-patrão, salários, organização política, lazer, compreensão sobre a escolarização etc. Nessa parte, podemos analisar as relações do público e privado na vida das mulheres e como elas organizam suas recordações sobre os modos de trabalhar, os aprendizados, as motivações para trabalhar e demais questões vividas no cotidiano delas.



Por último, pontuo algumas das considerações finais, iniciando pela retomada dos objetivos iniciais do projeto e perpassando por pontos essenciais para compreensão das memórias das duas senhoras. Também farei considerações sobre aspectos pessoais, como dificuldades, expectativas e aprendizados que obtive ao longo desses meses de pesquisa.

## **2. FAMÍLIA, CASAMENTO, MATERNIDADE e SOCIEDADE.**

Entrevistei duas senhoras, Emília e Francisca, trabalhadoras aposentadas, brancas e naturais de Jaguarão. Fiz quatro encontros com cada uma, no primeiro o objetivo era conhecê-las e me apresentar, então esse foi o que menos durou, já o restante teve em média 1h e 30 minutos com cada uma das entrevistadas. Depois do primeiro contato combinamos os posteriores e já no segundo encontro tive permissão para gravar as falas de ambas entrevistadas.

A primeira entrevista foi possível a partir de um seminário sobre Fontes Históricas, no qual apresentei parte do meu projeto de TCC e ressalttei que ainda estava procurando alguma senhora que tivesse ingressado no trabalho formal durante as décadas de 1950 a 1960. Durante minha fala, um dos colegas do 2º semestre me interrompeu para dizer que conhecia alguém que poderia se encaixar na pesquisa, me dando o nome e endereço dela. No outro dia, procurei à senhora, conversei um pouco, contei parte dos objetivos da entrevista e marcamos o próximo encontro. A segunda entrevistada foi a primeira que entrei em contato, isso porque minha mãe me contou aspectos da história dessa senhora que se encaixavam na proposta inicial da pesquisa, de estudar mulheres trabalhadoras de serviços formais.

Dona Emília foi minha primeira entrevistada, uma senhora alegre, voz ativa, calma, e atualmente, no auge dos seus 76 anos, conta que iniciou a trabalhar no comércio aos 18 anos, segundo ela, porque “a gente precisava trabalhar né, todo mundo lá em casa trabalhava”. D. Emília<sup>1</sup> relata que sua irmã não estudou nem

---

<sup>1</sup> Passarei a abreviar o “Dona” por “D.”, a fim de não precisar repetir muitas vezes.

trabalhou, visto que cedo uniu-se em matrimônio; já ela, que trabalhou a vida inteira, quando questionada sobre casamento, responde que “não, eu nunca me casei, sou solteirona (risos)”.

Na loja, na qual permaneceu por quase 30 anos, essa senhora realizava todo tipo de serviço “era balconista de loja, fazia tudo na loja. Atendia no balcão, arrumava mercadoria, essas coisas que a gente faz nas lojas”. Atualmente, D. Emília mora na Associação Augusto Leivas, conhecido popularmente como “asilo das freiras”, local em que só abriga senhoras. Ela precisou ir para este local, porque com o avanço da doença diabetes teve uma perna amputada, fato que não lhe permite realizar todas as atividades que outrora realizava. Mesmo tendo seu irmão, que mora no Rio de Janeiro, lhe oferecido moradia e cuidados, ela optou por se mudar para o asilo, pois, segundo ela, o irmão já possui família e deveria cuidar dos filhos, não da irmã que está velha.

Minha segunda entrevista foi realizada com a D. Francisca. Esta já estava agendada muito antes de entregar o projeto do trabalho de conclusão de curso, no entanto, não conseguia realizar o contato direto, a maioria das vezes porque ela estava na casa de um dos filhos, que mora na área rural. Conheci essa trabalhadora a partir da minha mãe e foi ela quem me ajudou nos primeiros contatos por telefone, bem como a tornar viva a história dessa senhora. D. Francisca, dizia minha mãe, é parente da família conhecida por toda “nossa gente” e, posteriormente, durante a conversa, descobriria que bem mais do que parente, ela é irmã de minha avó materna, isto é, minha tia-avó.

D. Francisca, diferente de D. Emília, não é uma senhora de muita conversa. Suas respostas praticamente eram respondidas com sim ou não, exceto quando o assunto era seus e suas filhas. Durante sua fala, ficava me perguntando como até agora eu podia ter vivido sem conhecer essa senhora e a sua triste história? Pois bem, agora sim tinha a chance de conhecê-la melhor e aproveitar para dar voz a ela. Porém, não foi tão fácil. No início senti uma forte resistência em tornar vivas memórias que há muito não eram tocadas, mas a cada encontro fomos criando a confiança necessária para que houvesse maior abertura de diálogo e os relatos ultrapassassem as barreiras do “sim”, “não” e “não me lembro”.

D. Francisca nasceu e morou no campo até se casar. Atualmente com 84 anos, trouxe à tona diversos ofícios realizados ao longo dos anos. Além de enfermeira no Hospital, ela foi também doméstica na casa de um General e comerciante durante muitos anos. De acordo com a senhora, trabalhava porque “precisava trabalhar” e se aposentou como comerciante.

Do seu primeiro casamento, com duração de oito anos, até que o esposo morresse vítima de infarto, ela teve quatro filhos. Com a morte do marido, sua vida teve uma reviravolta: antes estabilizada em seu lar, realizando os cuidados da casa e filhos, posteriormente teve de deixar seus filhos espalhados, aos cuidados de parentes e amigas, e ingressar no mercado de trabalho. Depois de cinco anos sofridos por ver seus filhos todos afastados, conheceu um senhor uruguaio que a “prometeu casamento”, casou por necessidade, pois “não tava apaixonada, e achei que ia dar certo tudo, mas... (silêncio)”. Com este homem viveu até os últimos dias da vida dele.

Durante suas falas, o silêncio foi muito marcante, bem como os suspiros altos ao rememorar alguma história. D. Francisca teve mais dois filhos biológicos, frutos deste casamento, e criou como filha duas meninas, cujas mães, uma estava doente e morreu meses depois de doar a criança, e a outra não tinha condições financeiras para criar a filha. É pontuando que as meninas foram criadas com todas as oportunidades possíveis, que estudaram e se casaram “direitinho”, que D. Francisca termina uma das entrevistas, acrescentando orgulhosamente,

Tem gente que pega só pra escrava a criança, tiram proveito deles não deixam nem estudar nem se formar, nem aprender. A Mara [a primeira filha adotiva], elas tiveram toda oportunidade pra estudar, a gente não deixou herança, nem dinheiro, essas coisas, mas não tinha pra deixar também, mas dava oportunidade. Fazia pra que elas estudassem.

Quando organizei essa pesquisa, pensei em evidenciar tão somente as vozes que traziam questões referentes às mulheres enquanto trabalhadoras. No entanto, com o passar das entrevistas, foi possível notar assuntos que fogem ao trabalho formal, perpassando as esferas do lar, do casamento e do não-casamento, da

maternidade e não-maternidade, da família etc, como “marcos biográficos femininos”<sup>2</sup> típicos que apareciam com frequência na fala das entrevistadas. Concordo com Michelle Perrot (1998, 11), quando ela afirma que nós mulheres fomos excluídas da escrita e, por muito tempo, negligenciadas como sujeitos históricos. Por isso, o objetivo é analisar as entrevistas buscando dar voz às protagonistas de suas histórias. Será necessário então esmiuçar o que as próprias senhoras contam de suas trajetórias, dando enfoque ao que elas consideram como fator importante de suas histórias de vida.

Nesse sentido, entendemos ser primordial tocarmos no assunto do casamento, maternidade, família e redes de cooperação, que no tocante às entrevistas mostrou-se um dos temas mais falados pelas mulheres. Para tal, considerarei aspectos ditos e não ditos pelas senhoras, tecendo assim estratégias para buscar compreender as falas, as contradições, as intenções e como elas organizam suas histórias.

Certamente família é uma daquelas palavras cotidianas, presente em discursos políticos, em religiões e até em letras musicais, por isso não poderia ser pouco problematizada. Diversas são as áreas que conceituam o significado que carrega a palavra família. Houve um esforço para chegar a uma apresentação que abarcasse todas as características para representação da família, indo desde ao Direito, Sociologia, Psicologia, Antropologia e História. Elizabeth Both, na introdução de seu livro “Família e rede social”, descreve a família como viga mestra da sociedade e pontua que apesar de muito se falar em família, há poucos estudos que de fato permeiem a complexidade das relações familiares e sociais, justamente porque “a vida familiar se desenrola no lar” (BOTH, 1976, 31). Tanto D. Francisca como D. Emília são oriundas de famílias tradicionais, com mãe e pais casados, vários irmãos e moradores da área rural de Jaguarão.

D. Francisca é a primeira de 10 filhos, carregou consigo desde a infância as obrigações de ajudar sua mãe nos afazeres domésticos:

Ah eu ajudava a minha mãe, minha mãe ia pra, nós tinha dificuldade porque, tinha um pouco de conforto, mas a água que nós tinha era “saloba”,

---

<sup>2</sup> Andrea Delgado, 2003,, 265.

tu te dás conta? Pra (...) lavar roupa e tudo com água “saloba”, nunca lavasse, não é?! Nem sabes o que é isso! Mesma coisa que tu botar um punhado de sal aí na água e botar sabão pra esfregar, é horrível pra lavar. E sabes como nós lavava? Juntava um “pucado”, trocava as camas e toalhas de banho e as roupas mais sujas, que roupa do campo é sempre suja, né. E levava, botava uma carroça e levava pra umas sangas que tinham longe que era de água doce, açude. Açude e sanga pra lavar que aí gente passa o dia (aumentou a voz) lavando roupa lá. Lavava, quarava a roupa, torcia, tinha arame assim pra nós estender, arame do campo, não é arame que se bota pra estender roupa, é. E a gente já trazia às vezes a roupa até muitas secas, outras molhadas, bem limpas (...).

Além de nos trazer este depoimento sobre o duro trabalho realizado pelas mulheres do campo, D. Francisca reflete sobre a separação dos trabalhos para homens e para mulheres:

Naquele tempo, não é como hoje, hoje em dia o guri homem trabalhar não é feio ele, ele ajuda e trabalha, não é?! Nesses serviços de casa. Ah não, mas naquele tempo era, ah não! [quem fosse] homem (...) só trabalhava no serviço de homem lá, agora a mulher coitada que se arrebetava na cozinha. Eles traziam lenha pra cozinha, abasteciam. Traziam lenha, mas quem fazia tudo: era limpeza da casa, era lavar roupa, (...) passava o dia com um ferro e carvão botava (pausa por alguns segundos) e naquele tempo era o ferro com carvão, botava carvão pra passar, porque a roupa não era como essas que nós temos hoje, essa tua e essa minha (ela mostra com as mãos e toca nas nossas roupas). (...) Naquele tempo, tinha que passar tudo desde o lençol das camas, tudo, tudo, tudo (aumenta o tom de voz) era aquelas pilha de roupa passada, lençol, toalhas, toalha de mesa, toalha de banho, roupa de homem, bombachas, e (suspiro alto) não era “xanga” a coisa, não era. Hoje (...) tá melhor, ainda bem.

Ao refletir sobre a diferença dos papéis socialmente atribuídos para mulheres e homens, ela aborda que nesse processo quem se “arrebentava” trabalhando era a mulher, que ficavam a maior parte de seu tempo encarregada com o trabalho doméstico, fato que acredita ser diferente hoje. Segundo sua fala, naquele tempo havia atribuição específica para os homens e culturalmente eram ensinados a não realizarem tarefas do lar porque isso era considerado “feio”, ou seja, motivo de chacota, de vergonha e não visto com bons olhos pelas pessoas. Both, em sua pesquisa sobre os papéis sociais esperados pela sociedade para mulheres e homens, utilizou a expressão “relacionamento de papel conjugal segregado” para

casais, típicos a família de D. Francisca e posteriormente, veremos o mesmo com a família construída por ela, nos quais “o marido e a esposa têm uma diferenciação clara nas tarefas e um considerável número de atividades e interesses separados (...) divisão de trabalho nitidamente definidas em atividade masculinas e atividades femininas” (BOTH, 1976, 72).

O conceito de Gênero também é importante para a análise da fala de D. Francisca, visto que as relações de gênero estão imbricadas nas relações de poder, as quais hierarquizam homens e mulheres ao longo da história. Dessa forma, Saffioti (2004,136) acrescenta que as relações de gênero existem desde a existência da humanidade, porém, ressalta que nos últimos milênios da história, as mulheres estiveram hierarquicamente inferiores aos homens, isso devido à estrutura patriarcal na qual vivemos.

D. Emília, ao lembrar-se de sua infância, conta que:

Tinha três irmãos homem e nós éramos duas mulheres, e brincávamos todo mundo juntos. Antigamente não tinha tanta maldade como tem hoje, já os guris são pequenos e são maldosos né, antigamente não, era uma turma de criança amiga mesmo, né. Hoje não existe mais isso.

Demonstra na sua fala um saudosismo ao passado, de tal forma que o romantiza ao dizer que as maldades são características deste tempo, não daquele em que vivia e brincava com os meninos sem perigo. Essa senhora reviveu algumas histórias da infância, como as brincadeiras com bonecas de pano, mandadas fazer por costureiras locais, e que de alguma forma envolvia toda a família e vizinhança:

Em casa tinha um galpão de palha, então o papai fez um sótão pra gente fazer o casamento das bonecas lá, e tudo. E a gente fazia até bolo! O casamento das bonecas era uma turma, a zona minha, tinha uma turma de meninas que brincavam. O rádio era um marimbondo dentro de uma caixa de fósforos.

A fala de D. Emília revela a criatividade típica de crianças que não tinham tanto acesso a brinquedos de lojas e dentro da perspectiva tradicional de brinquedos ditos para menina. A criação que teve de sua família também foi relatada de forma muito segura por D. Emília. Segundo ela:

Não é como agora que vão aqui, vão ali, não, a gente não, vivia presa como se diz. Era muito rígida a criação da gente. Não era assim como é hoje, tudo é mais à vontade, não é. E antigamente não era assim, a gente invés de sair aos domingos ficava brincando de boneca. Não saía como hoje, ninguém que era criança, as meninas [hoje] não querem ficar em casa mais, não é.

Nesse depoimento temos a chance de observar os modos comportamentais ensinados às crianças. O formato da criação é citado como rígido, tão rígido que se assemelha a uma vida em prisão, onde as crianças não tinham liberdade para sair nem aos domingos, o que restava era se divertir com alguma brincadeira. Por último ao falar que as crianças não saíam tanto como hoje, ela fala que são as meninas que não querem mais permanecer em suas casas.

D. Francisca também recorda de algumas passagens da infância, especialmente quando outras crianças vinham brincar com ela, visto que, como morava num local muito afastado, terminava por ficar mais tempo sozinha, pois foi a primeira filha do casal:

E a gente ficava tão faceiro que chegava outras pessoas porque não tinha muita convivência com ninguém, era só com os da casa, e os empregados às vezes, muito pouca gente ia lá porque era muito longe também. Pra cidade não iam e da campanha também tudo morava longe, era tudo longe lá onde nós morava.

Nas falas de D. Francisca, ela faz referência de ser ajudante da mãe nos afazeres domésticos, cita vários deles, inclusive faz comparações com o tempo presente. Quando questionada se da infância o que ela mais lembrava era de ter ajudado em casa, ela responde:

É, tem muita coisa que a gente lembra, mas assim no momento, assim a gente não lembra direito, às vez vinha pra cidade, quando nós vinha pra cidade, com a mamãe, com o papai, passava os dias na cidade fazendo compras e as voltas, essas coisas, depois vinha pra fora de novo.

A melhor parte desse tempo era, ou quando chegavam outras crianças para brincar com ela, ou quando ela saía de casa com sua família. Quando havia outras crianças, provavelmente ela era liberada dos afazeres para brincar e quando saía tinha a possibilidade de passear, ver pessoas, visitar parentes e acompanhar as compras dos alimentos (algo que toda criança deve gostar).

Como moravam no campo, as lembranças da juventude estão ligadas a este espaço. Algo que D. Francisca considerava importante e que se lembra com prazer são as campeiradas:

Às vez nós campeirava também, tudo a cavalo, a minha mãe era muito campeira também, não é. Era do cavalo também, ela montava a cavalo, com crianças, ela levava crianças, quando tinha que fazer alguma coisa a gente ajudava no campo também.

De forma veloz, responde se podia ir a bailes e festas: “Nada, ia a nada!”. Suas lembranças são de um pai rígido: “Meu pai não gostava muito que a gente saísse também e acho que se preocupam, se preocupava né, papai era bom pra nós tudo”. É dizendo que seu pai era bom que D. Francisca cai num silêncio que só terminou porque eu precisei interrompê-lo com outras perguntas e assim não perder o fio condutor da entrevista.

Na pesquisa sobre a poetisa Cora Coralina, Andrea Delgado problematiza a trajetória narrada por Cora, a fim de mostrar a linearidade com que Cora apresenta sua biografia, onde há a presença da constituição do seu “destino de gênero socialmente construído” quando ela fala de seu sonho de ter um noivo, um lar pra chamar de seu, e com a velhice há o sentimento de dever cumprido em relação a maternidade (DELGADO, 2003, 267). Da mesma forma parece ser o pensamento da D. Francisca, para ela o cuidado dos filhos estava em primeiro plano. Essa senhora



ficou viúva após oito anos de casada, tinha “quatro crianças todos eram pequenos, um atrás do outro, tava grávida de cinco meses do Luís Venâncio (...)” quando se viu num momento de desespero, pois, além de representar uma perda emocional, também representaria a perda de sua casa e sustento próprio e dos filhos. Por isso, ela precisou contar com familiares e amigas para cuidar de seus filhos e ingressar no mercado de trabalho, a fim de conseguir auxiliar nos gastos da alimentação dos filhos que “eu esparramava porque era um “pucado” por aqui, outro “pucado” por ali, tinha um que ficava com a Alda, (...), lá fora [zona rural, onde sua mãe e pai moravam], por aqui por ali, sempre.”.

D. Francisca, quando questionada sobre o local onde passou a morar, responde que “não, não tinha casa. Casa dos outros!”. Assim que ganhou o quarto filho, passou a trabalhar e dormia a maioria das noites no seu local de trabalho, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Jaguarão. Foi lá que conheceu um rapaz uruguaio que veio de passagem à cidade, pois “tinha uns irmãos aqui que eram órfãos, (...) ele tomou conta, levou as crianças pra Montevideo. E me prometeu casamento”. Com essa promessa de casamento D. Francisca viu a chance de unir todos os filhos e voltar a ter uma vida como teve outrora. Em sua fala fica claro que seu objetivo maior com o casamento era esse: “eu casei pra ver se (silêncio) juntava meus filhos, aí foi pior”.

Para ela, a oportunidade de ter uma casa e poder morar com todos os filhos novamente estava acima de sua felicidade conjugal. Isso se reflete quando pergunto se ela estava apaixonada por ele e a resposta é “não, eu gostava dele, mas não tava apaixonada, e achei que ia dar certo tudo, mas... (silêncio)”. O silenciamento dessa senhora não está ligado ao esquecimento, pelo contrário, é uma forma de resistência àquilo pelo qual não gostaria que tivesse feito parte de seu passado e não permite que componha a identidade que deseja compartilhar (POLLACK, 1989, 3).

Diferentemente de D. Francisca, D. Emília não teve o mesmo “destino”. Nunca se casou e, quando questionada, declara, de forma espontânea e vivaz: “Não, eu nunca me casei, sou solteirona (risos)”. D. Emília foge à norma que se espera para as mulheres, especialmente no período em que ela viveu sua juventude, entretanto elabora discursos socialmente aceitos e tenta, assim, conferir ordenação

à sua própria vida. Nem tudo fica gravado na memória, a memória não é objetiva e sim seletiva e também herdada. Dessa forma, a estruturação da memória dependerá do contexto em que elas são elaboradas, justamente quando são narradas e de como esses elementos de abordagem estarão constituídos de forma a compreender os códigos necessários, a fim de fazer as conexões com as lembranças. Para Pollack, (1989, 6) “as fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.

O que se vê no caso de D. Emília é uma narrativa marcada por uma memória cujo enquadramento já lhe rendeu profunda definição de sua própria identidade social de mulher trabalhadora. Para Pollack (1989, 7), o “enquadramento” da memória é utilizado pelas pessoas como forma de manter a coesão social e defender, no caso da memória de grupo, aquilo que se tem em comum. Ainda, de acordo com Pollack, o trabalho de enquadramento “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”, se integrando “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: sindicatos, (...) famílias, nações etc.”.

Nas conversas com D. Emília pude observar que suas respostas foram elaboradas e reelaboradas, como se, após anos de reflexão, já tivesse “arranjado” os modos mais adequados para narrar sua própria vida, sem criar contradições com sua própria identidade. O fato de não ter tido uma trajetória típica, conforme as normatizações sociais de seu tempo, que envolviam o casamento e a maternidade, não parece lhe trazer problemas nos modos como pensa a si mesma. Mesmo com uma trajetória distinta das expectativas sociais para o seu gênero, D. Emília fala com desenvoltura sobre seu passado. Podemos constatar que durante sua vida ela já precisou responder a diversas pessoas sobre os porquês de não ter se casado e tido filhos. Sobre o casamento, ela afirma que “namorar sempre a gente namora, mas casar não era meu destino talvez, não é”.

Em sua tese de doutorado, Andrea Delgado analisa a produção poética de Cora Coralina e afirma que a poetisa apresenta sua história de forma linear, de modo a parecer que possui início, meio e fim, além de dar a ideia de que tudo

estaria predestinado e, no caso de Cora, o fim seria sua volta à cidade de origem, fato que lhe daria chance de ser o que sempre acreditou ser seu destino: escritora (DELGADO, 2003, 262). Uma das missões que a poeta teve para si foi a criação dos filhos. Em um depoimento à historiadora Andréa Delgado (Idem, 2003, 263), Cora explica que já havia cumprido seu dever de dona de casa, pois seus filhos já estavam criados.

No caso de D. Francisca, o seu fim era a criação e o êxito profissional dos filhos e posteriormente a adoção de duas meninas que, durante todo tempo, ela reivindica espaço na entrevista para falar delas. Quando questionada sobre a duração do segundo casamento, D. Francisca pontua que:

Meus filhos criados, ajudava eles daqui, dali. Ficaram “grande” foram pro quartel, o Pedro foi pro Rio de Janeiro, levou o irmão, o Carlos. O Vitelmo ficou no quartel aqui, no exército. Foi, fez curso com a (pausa) fez curso de Sargento, aí depois pediu a baixa porque ia pra faculdade. Aqui não tinha faculdade, foi fazer faculdade em Rio Grande.

Isto é, o casamento durou o tempo necessário para o encaminhamento dos filhos à uma vida melhor. Questionei novamente, sua resposta foi “fui casada pela primeira vez oito anos, não me lembro esse [segundo casamento], quantos anos”. Assim como Cora, D. Francisca parece procurar esquecer dos aspectos históricos de seu segundo matrimônio, que nas entrevistas é sempre pontuado por longos silêncios e respostas curtas e evasivas.

Quanto a ter filhos, D. Emília apresentou a seguinte opinião:

Porque às vezes tu não teve filhos, tu casou, mas não teve filho, eu digo não, nem casei nem tive filho. Porque tem gente que faz produção independente, não é?! (...) Não, mas essas não era comigo não, já fui criada assim, que a gente só casando que pode ficar esperando nenê.

A segurança de sua fala, sem hesitações, demonstra a quantidade de vezes que precisou responder às mesmas perguntas, ora sobre o casamento, ora sobre a

possibilidade de ser mãe solteira. Giovanni Levi traz uma consideração interessante para nossa análise e problematiza as limitações para definirmos as margens da liberdade pessoal de escolha dentro das normas sociais:

Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolha e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam. Em outras palavras, uma investigação da extensão e da natureza da vontade livre dentro da estrutura geral da sociedade humana. (LEVI, 1992, 135 -136)

De fato, por ter uma trajetória que fugia às expectativas sociais de sua época, D. Emília provavelmente foi muito questionada sobre o lugar no mundo que construiu para si. D. Emília, contudo, apesar de mostrar sua diferenciação do que se espera de uma mulher nascida na década de 1940, não está fora de seu tempo, pois também demonstra acreditar que o casamento é indispensável para a reprodução de uma vida, uma vez que ela não foge à sua criação (exceto ao não se casar, já que muitas mulheres eram também criadas para serem esposas) em relação às normas culturais ditas ideais para as mulheres.

No primeiro depoimento de D. Francisca é possível notarmos o silenciamento em torno de ambos os casamentos. Ao que tudo indica, a perda do primeiro marido representou um grande conflito emocional nela, num de seus depoimentos ela diz “é brabo, o meu marido era jovem morreu, morreu jovem né”. O segundo marido, um uruguaio que prestava serviço militar, foi visto como possibilidade de proporcionar estabilidade com a proposta de um lar para ela e os filhos, algo que não teria sido realizado da forma desejada “[o casamento] foi pior, porque as crianças não se acertavam com o padrasto, o padrasto era muito genioso.” No trabalho de Delgado sobre a poetisa Cora Coralina houve algo parecido em relação ao casamento de Cora, o que a autora compreendeu como certa dificuldade por parte da entrevistada de conviver com lembranças vivenciadas no passado, lembranças estas que não estão entre aquelas que serão ressignificadas. Acredito que o mesmo ocorre com D.

Francisca. O destino de seus dois casamentos de alguma forma não condiz com a identidade social que deseja projetar.

Na segunda entrevista questioneei sobre as histórias do casamento de D. Francisca: “Fui noiva três anos dum sargento aí”, mas não casou com ele porque “me apaixonei por outro (risos). Briguei com ele e ele foi pra Porto Alegre, desisti”. O fato dela não ter se casado com o tal noivo foi repreendido com um castigo físico por parte do pai:

E o meu pai não queria que eu (...) desistisse com ele pra casar com outro, não queria ai (suspiro alto) me custou, te garanto, até uma surra de fusto<sup>3</sup> levei, por causa da, ah era um selvage bárbaro, e este... Por fim, correram com ele [o primeiro marido] de lá, fizeram horrores.

Essas contradições do relacionamento com o pai marcam a história de seu matrimônio e ainda permanecem como algo que traz recordações que lhe causam dor e que são contadas com certo receio. A senhora, na época com 21 anos, fez sua escolha de casar com alguém que gostava, mas que não tinha boas condições financeiras, fazendo algo que desobedeceu aos desejos da família e que era o planejado pra sua vida. Como toda a história ela rompeu com a linearidade e o destino até então colocados a ela como o melhor, foi nesse rompimento que demarcou sua própria vida (enquanto “mulher adulta”) e fez dela uma fuga ao esperado pela sociedade.

Para Pollack (1989, 4), “o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”. Dessa forma, ao sentir meu interesse nessa parte da história de sua vida, D. Francisca dá continuidade às narrativas:

E não deixavam ele chegar mais [perto dela]... aí cortaram as relação, faziam assim tudo, eu já era uma mulher, ia fazer 21 anos. E terminou que ele mandou, ele mandou escondido uma carta pra mim, pra mim pegar os papel de nascimento, que era pra mandar fazer os papel de casamento.

---

<sup>3</sup> Não encontrei o significado da palavra “fusto”, mas acredito que seja relacionado ao chicote utilizado para domar os cavalos na época.

Sem eles saberem né, ninguém sabia de nada, aí foi que eu entrei na fusta (risos).

Na sua narrativa, ela expõe sua indignação apresentando sua maioridade com algo que deveria ser respeitado, mas que ao contrário disso, ela foi proibida de ver o rapaz e por isso, articulou junto dele um casamento às escondidas. Sentindo-se ainda mais à vontade, a senhora ri, tentando demonstrar que já superou essa parte de sua vida, conta que apanhou do pai e continua trazendo novas recordações sobre as formas utilizadas para resistir as proibições de ver rapaz por quem estava apaixonada e de casar com ele:

Aí ele [o primeiro marido] mandou fazer os papel do casamento e já tinha tudo combinado, que não queria que ele chegasse, não queriam que eu falasse, que eu saísse, que eu falasse com ele, não queriam que ele fosse lá e ele queria se casar, e eu também queria. Aí ele mandou, ele sempre descobria uma pessoa pra me levar um bilhetinho escondido, não é, pra saber como é que tava a cousa né, aí mandou pedir os papel do casamento, aí que descobriu a (pausa) talvez foi até melhor porque se não descobrisse ia ser pior. (...) tinha um empregado dum vizinho lá que mora perto, perto q eu digo era umas dez quadras mais ou menos, moravam lá fora e era empregado esse guri, até nunca mais vi esse guri, João era o nome dele, era um rapaz, 16 ou 17 anos, diz, tu leva essa [carta]. O guri tinha essa carta num bolso dum casaco, espia só, tava na casa dos patrão dele né, aconteceu um negócio na cidade e adoeceram na cidade, chamaram ele, ele ficou com a carta dentro do [casaco]. Parece que não veio mais, o guri mandou pedi a roupa dele e ele, um tio meu, irmão da minha mãe, que tava lá nessa casa foi ver a roupa do João pra (silêncio) meteu a mão no bolso do João e achou a carta e a carta era pra mim (risos).

A partir do momento em que D. Francisca ficou proibida de ver o rapaz e de sair de casa, o rapaz começou a se mobilizar para preparar o casamento, como estratégia ele utilizava o envio de cartas por algum amigo, conhecido ou trabalhador que morava nos arredores da casa dela, ou que tinha contato direto com a família de D. Francisca e era por assim dizer, um aliado do casal. Na carta escrita pelo seu primeiro marido:

Dizia tudo ali, tinha marcado parece que a data pro dia 20 de fevereiro (...). E só não dizia como é que iam fazer o casamento, (...) ele não ia me roubar, mas ele (...) já tinha falado com uma senhora da cidade, de família era, né. E a combinava comigo, eu ia lá onde eles tavam, parava o carro lá e me levavam, faziam o casamento lá, ficava casada. Era assim que tinha planejado né, não saiu porque eles acharam [a carta] (falou mais alto), ah foi a tal vez que me cagaram a pau.

Todo planejamento de como se daria o casamento estava pronto, inclusive já articulado com outras pessoas que compunham a rede de confiança dela e do companheiro. Porém, houve algo não previsto que foi o fato do tio dela encontrar a carta que dizia o direcionamento das ações, assim vemos que a história não saiu conforme a intenção e teve sim, uma quebra na linearidade construída pelo jovem casal. Segundo D. Francisca, o pai dela chegou a ir no Juiz questionar a legitimidade do casamento: “papai (...) era turro ele foi no juiz aí pra saber. Diz o senhor juiz, (...), o senhor vai ter que deixar ela casar, (...) porque que o senhor não deixa ela casar? (...) já é maior de idade (...) e ela (...) quer casar”. Além disso, conta que depois de ter apanhado ela fugiu de casa, correndo pelos campos e um dos seus irmãos viu e a acompanhou até a casa de um casal conhecido dela:

Ah, eu saí, o dia que me arrebetaram a pau lá eu fui-me embora lá pra Ida, e meu irmão me acompanhou (...), ele viu que eu saí disparando mato a fora e ele foi comigo, me levou lá. (...) Fiquei lá, aí ele [o futuro marido] soube que eu tava [lá], tudo que tinha acontecido, não é. Foi lá de noite, sem ninguém saber, apertou os arame daqui, apertou os arame dali e entrou lá pelos fundos que era, ficava longe das casas né, lá onde nós morava, na casa do Herculano [local onde fugiu] esse. E ele foi pra, pra acertar como é que ia ser, como é que não ia ser, não é, [e] conversar. Essa família (...) foram, apadrinharam o casamento, e afinal que fui pra cidade, aí fizemos o casório, aí cada um foi pra sua casa não teve festa, não teve nada.

“Não teve festa, não teve nada”, nessa fala D. Francisca nos oportuniza estabelecer uma conexão com o passado dela e de como o casamento era algo esperado e motivo para festa. Já o casamento dela, diferente do casamento de outras moças que conhecera, não teve as mesmas honrarias porque sua família, especialmente seu pai, não estava contente e se quer consentiu a união com um marido que considerava não ser o ideal para sua filha. Na sua trajetória de vida, D.

Francisca, assim como qualquer pessoa, têm suas particularidades e nesse caso, uma das suas características foi essa fuga ao dito “padrão”, sua objeção aos conceitos defendidos pelo pai e a sobreposição da sua vontade perante a família e a sociedade.

De certa forma, parte da história de vida dessa senhora não se alinha com a imagem tida como a ideal pela sociedade em geral, sendo talvez este o motivo que a fez guardar essa parte da história para outras entrevistas, até que adquirisse confiança suficiente para conseguir falar sobre isso sem que sofresse críticas ou deslegitimação daquilo que ela acreditava que eu estava esperando dela.

Ao ficar viúva, D. Francisca foi inicialmente para a “casa dos meus pais, por aqui por ali, dos amigos, fui esperando o tempo que nascesse a criança, visse”. Com o nascimento da criança, ela trabalhou como empregada doméstica na casa de um General, lá ela levava seu filho. Porém, esse serviço foi de curta duração, logo ela iria conseguir outro trabalho, enfrentar novos desafios no Hospital. Ao lembrar-se desse tempo, D. Francisca suspira alto e fica muito pensativa. De acordo com Schmidt (2006, 25) “o presente, como se sabe, condiciona o jogo da lembrança e do esquecimento” e o silêncio é sua defesa por ter trazido à tona tantos momentos que nessa altura da vida, certamente seu desejo era o de esquecer. Alessandro Portelli (1998, 108), ao pesquisar o massacre de Civitella Val di Chiana, afirma que “é verdade de fato que a morte, o luto e a perda são experiências indescritíveis, por si mesmas e pelas limitações intrínsecas da linguagem: é improvável que qualquer experiência possa ser verdadeiramente expressiva”. Lidar com essa gama de sentimentos ainda não ressignificados foi difícil para D. Francisca, mas na medida em que íamos nos aproximando, mais ela conseguia tocar em assuntos intocáveis no começo das visitas.

D. Francisca, ao começar a trabalhar, deixava o filho caçula com “várias amigas, tinha a Dilva, (...) a Dilva me ajudou muito, eu deixava o nenê, a criança com ela”. Ela contou com uma rede de solidariedade que permitia que buscasse seu sustento e ficasse tranquila quanto ao cuidado dos filhos, principalmente do menor. Quando questionada se ela pagaria em dinheiro para as amigas ficarem com o bebê, ela responde: “É uma amizade, às vezes ajudava [com] alguma coisa né”. Ela não fazia pagamentos em dinheiro, pois havia uma parceria, uma relação afetiva



com essas amigas que ao mesmo tempo em que auxiliaram na criação de seu filho menor, permitiram que a senhora pudesse trabalhar para conseguir ajudar na criação dos outros meninos e na sua própria subsistência.

A senhora cumpria quais tarefas em casa? “Todas que tinha, se eu for nomear uma por uma...”. Com essa resposta, D. Francisca justifica o porquê de seu marido não realizar tarefas domésticas junto com ela: “não, porque ele trabalhava (...) era militar, (...) militar sai de manhã, às vezes sai meio-dia, às vezes não vem, daqui o outro dia vem, de tanto serviço”. Essa fala nos aproxima da narrativa em que D. Francisca explica sobre sua infância, que os papéis de homens não eram os mesmos de mulheres, e que era considerado “feio” os homens realizarem atividades que não estavam entre aquelas tradicionalmente atribuídas a eles.

Sobre o serviço no lar, Elizabeth Both (1976, 29) em seu livro “Família e rede social”, aborda a existência de “expectativas recíprocas de papel que são tidas, pelo marido e pela esposa, como típicas em seu círculo social”. As falas de D. Francisca e D. Emília seguem essa linha que estabelece uma oposição entre casamento e trabalho. D. Emília, como já colocado, explica que mulheres casadas não procuravam emprego, o mais comum eram as solteiras: sua mãe, casada, “era dona de casa, só” e sua irmã “não trabalhou, casou”. Já D. Francisca, quando questionada sobre os motivos que a levaram a pedir demissão do hospital, recorda que “eu pedi porque eu ia casar de novo”. No tempo dessas senhoras, o padrão ideal de esposa era aquele da mulher que não trabalhava fora de casa, para, com isso, demonstrar dedicação total aos afazeres de casa, dos filhos e do marido.

Nesse capítulo, tivemos oportunidade de reviver algumas das muitas histórias trazidas pelas memórias dessas duas senhoras. Na passagem das entrevistas acompanhamos a maneira com que elas usaram para construir suas autobiografias e dar um sentido ao passado. Além disso, foi possível estabelecermos conexões das particularidades de cada uma e da maneira com que reagiam frente as normas impostas social e moralmente no período. Compreender aspectos de suas vidas no âmbito privado será imprescindível para analisarmos suas vidas enquanto trabalhadoras fora de casa.

### 3. TRABALHO, LAZER, ESTUDO E POLÍTICA.

Nesse capítulo a ideia é trazer para o debate a trajetória de duas mulheres no mercado formal de trabalho. As perguntas fizeram menção às relações de trabalho e família, relação com as e os colegas de serviço, quantidade de mulheres que também trabalhavam no local, se havia algum tipo de organização sindical, se havia local para que as crianças filhas das trabalhadoras ficassem enquanto elas estavam no serviço, como eram os salários, etc.

No que tange um dos objetivos principais da pesquisa, a compreensão de como se dava as relações dessas mulheres com o trabalho, foi possível perceber algumas semelhanças nas duas histórias de vida. A presença da dupla jornada de trabalho, especialmente nos relatos de D. Francisca, evidencia que as atividades domésticas e o trabalho assalariado faziam parte do cotidiano da vida dessas mulheres.

Segundo Souza-Lobo (1991, 166), observa-se na América Latina uma visível divisão entre trabalho masculino, o dito formal, e o feminino, dito informal.. Essa diferenciação se daria porque as mulheres têm as tarefas reprodutivas que as faz conciliar tarefas domésticas e emprego. Este fator as colocaria sempre em oposição aos homens. Quando questionada sobre o ofício de sua mãe, a resposta de D. Emília foi “não, era dona de casa só”. Lobo (1991, 167) enfatiza a problemática do trabalho doméstico, protagonizado pelas mulheres e compreendido na sociedade como um trabalho menos importante que aquele realizado por homens:

O trabalho doméstico não assalariado não é considerado trabalho e o trabalho doméstico assalariado não é considerado um trabalho particular em que as relações não são regulamentadas da mesma forma que nas outras relações de empregos.

A pesquisadora Lobo traz para a discussão que há pesquisas mostrando a conservação das tradições ordenadoras das tarefas para homens e para mulheres na indústria, criando, assim, modalidades de divisão sexual das tarefas. Nesta parte

analisarei a construção da memória das entrevistadas em relação ao trabalho doméstico, visto que a divisão de gênero para a execução das tarefas não é a única problemática que tal tradição nos traz, mas também responde aos critérios de qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina de trabalho (Idem, 1991, 169). Ao perguntar a D. Emília se ela era a única filha, a resposta foi “não, tem outra mulher. Essa era dona de casa também, não tinha [emprego], não trabalhava”.

O trabalho não assalariado não era tido como um trabalho, talvez como um dever, diferentemente do trabalho que D. Emília realizava fora do âmbito do lar. A visão dominante de que as atividades das mulheres, seja no domicílio, seja no campo, no comércio, na troca, no cuidado das crianças, na realização de um parto não era um trabalho, incorporou na sociedade a ideia de que algumas atividades seriam comum às mulheres e, com isso, vemos até em pesquisas de censo que a grande maioria das mulheres respondiam que não trabalhavam, ou seja, elas não se reconheciam como trabalhadoras por não estarem inseridas em serviços assalariados.

Michelle Perrot enfatiza no capítulo “O que é um trabalho de mulher?”, do livro “As mulheres ou os silêncios da História”, que as “mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram profissões” (PERROT, 1998, 251). Dessa maneira, a historiadora apresenta que a distinção entre público e privado se mostra como uma “categoria política, expressão e meio de uma vontade de divisão sexual dos papéis, das tarefas, dos espaços, produtora de um real remodelado sem cessar” (PERROT, 1998, 261). Em relação a isso, podemos compreender algumas questões da fala da D. Emília, quando ela faz menção a quais eram as mulheres que procuravam emprego na loja em que trabalhava: “Casadas quase nunca não trabalhavam lá (pausa de alguns segundos). Porque naquele tempo casada não procurava tanto emprego, hoje não querem (...) ficar em casa (...). Antigamente não, era mais solteira que trabalhava.”.

Solteiras e mulheres, pois “pra loja era mais mulher. Todas que eu, todas as loja que eu te nomeei era mais [mulheres que trabalhavam]”, quando questionada sobre o porquê de serem “mais mulheres”, a senhora não consegue explicar, reflete por alguns segundos e acaba respondendo que não sabe: “Não sei. Eu acho que homem (...) pode trabalhar em serviço mais pesado, não é. E mulher não.” Dessa

forma, podemos analisar que essa era uma regra plenamente compartilhada pela cultura do tempo de D. Emília, por isso se mostrou difícil de ser colocada em um discurso verbal, pois já estava no senso comum da época, sendo assim todas as pessoas que conviviam naquele tempo/espço já saberiam, fato este que, anularia possibilidades de perguntas que gerariam reflexões. Ao ser provocada pela minha pergunta, neste momento histórico, a senhora age como se eu já devesse saber disso e acaba por reproduzir um pensamento difundido pela cultura trabalhista em que viveu. Por mais que D. Emília estivesse se movimentando em um espaço de âmbito público, a natureza do trabalho que exercia era diferente, ela (assim como D. Francisca) nunca seria tratada com um homem, por mais que trabalhasse fora do lar, algo tido como característico de homens.

Na pesquisa da historiadora Bárbara Weinstein (1995, 143) sobre as mulheres trabalhadoras em São Paulo entre as décadas de 1910 a 1950, há um debate encabeçado por Joan Scott sobre a “construção do conceito de mulher trabalhadora e das categorias de trabalho qualificado e não-qualificado”. A historiadora explica que, na sua pesquisa, optou por dar enfoque ao processo em que “essas identidades são constantemente reproduzidas e reforçadas por agentes humanos que promovem políticas e ideologias específicas com relação às diferenças sociais entre os sexos” (Idem, 1995, 144). Desse modo, ela encontrou no tempo e espaço da sua pesquisa, uma diminuição dos papéis trabalhistas socialmente aceitos para mulheres, promovida de diferentes modos por diversos grupos até que chegasse ao ponto “que só permanece legítimo o papel de dona-de-casa” (Idem, 1995, 144).

Quando questionada sobre o motivo que a levou para o mercado de trabalho, D. Emília responde “a gente precisava trabalhar né, todo mundo lá em casa trabalhava”. Além de trabalhar por necessidade, a entrevistada acrescenta “eu trabalhei também porque gostava de ter o dinheiro da gente”, mostrando, a partir de sua fala, a possibilidade de garantir certa autonomia financeira que apenas o trabalho assalariado poderia lhe oferecer.

D. Francisca, filha de trabalhador rural e de dona de casa, também trabalhava por que “precisava trabalhar”, a diferença foi que no seu caso ela parte para o trabalho formal logo após ficar viúva e sem condições financeiras de sustentar a si e

aos seus filhos. Isso fez com que ela fosse trabalhar de “doméstica (...) na casa do General Moraes”, depois no Hospital tendo como função “enfermeira, porque ajudava a fazer curativos, (...) fazia injeção naquela gente do isolamento” e, por fim, ao ser questionada sobre as tarefas que cumpria (depois que saiu do último emprego) após casar novamente, a senhora responde: “Todas que tinha, se eu for nomear uma por uma”. Nestes fragmentos observamos sua extensiva jornada de trabalho, que permeava as esferas do público e do privado, fazendo com que as suas lembranças evidenciem sempre sua posição de trabalhadora, esposa e mãe, de acordo com as normas culturais vigentes.

No período demarcado por essa pesquisa – 1950 a 1960 – D. Francisca estava trabalhando como enfermeira no único hospital da cidade, na época administrado pelas freiras da ordem franciscana. Ao ser questionada sobre como elas eram como patroas, D. Francisca elogia dizendo que “as freiras eram as patroa. E as freira eram boas todas, todo mundo.” Assim como D. Francisca, a maioria das trabalhadoras no hospital não eram enfermeiras de profissão, dessa forma, ela precisou aprender algumas técnicas básicas para a realização do ofício:

Elas davam um treinamento pras mulheres ajudar lá. Porque eu mesma não, nunca tinha [feito esse trabalho]. Fazia injeção e essas coisas assim, e as freira me ensinavam como é que se fazia e tudo, e eu fazia tudo direitinho como elas diziam.

As boas lembranças das freiras, na medida em que a memória ia sendo provocada com diversas perguntas, pouco a pouco foram sendo ocupadas por outras recordações. No andamento da entrevista, a senhora traz à tona uma contradição aos elogios inicialmente realizados às freiras:

Eu fui pra lá pra trabalhar o Raio X, mas não, não cheguei a trabalhar no Raio X, que as freiras, tinha freiras que eram meias (pausa). É, tu sabes o que passa? Elas, depois que soltei o serviço, que eu arrumei o serviço no hospital, me disseram que não, que no Raio X já não podia trabalhar mais, tinha que trabalhar no isolamento, viste? Já me botaram no isolamento que ninguém queria ir pro isolamento.

A necessidade era tão grande a ponto de ela aceitar e permanecer nesse trabalho até o seu casamento, cerca de cinco anos depois: “e como eu precisava e já tinha largado o emprego, já tinha dito que ia trabalhar lá, aí eu tive eu ficar”. Inicialmente, o que parecia uma maravilha foi sendo renegado por outras lembranças, as freiras prometeram a jovem viúva uma determinada função e depois, a colocaram em outra, que além de perigosa não era o combinado e previsto pela D. Francisca. Na citação abaixo, Pollack (1989, p. 8) escreve sobre as relações entre as memórias trágicas e como elas geralmente são apresentadas pela oralidade:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias ocorrem à emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.

D. Francisca foi ao hospital com a promessa de trabalhar numa determinada tarefa, solicitou dispensa do serviço no qual estava trabalhando e, ao chegar ao hospital, foi surpreendida com a notícia de que iria para o isolamento, o local mais perigoso de um estabelecimento de saúde. No processo de reconstrução do passado, D. Francisca desprende-se de uma lembrança que no primeiro momento apresentou-se como uma memória conciliatória com seu passado, mostrando posteriormente que não foi um fato tão pacífico como o relatado.

D. Emília, filha de mãe dona de casa e de pai “jornaleiro”, que inclusive foi um dos trabalhadores da construção da Ponte Internacional Mauá, “era balconista de loja, fazia tudo na loja. Atendia no balcão, arrumava mercadoria, essas coisas que a gente faz nas lojas”. Junto com ela havia apenas mulheres, exceto o patrão que administrava a loja com sua esposa. A carga horária trabalhada era bem “puxada”, principalmente nos dias em que os uruguaios vinham fazer compras, nesses dias ela relata:

Ah, era naquele tempo era braba a carga horária. Às vezes a gente trabalhava 10, 12 horas, por que naquela época que eu trabalhei vinha muito (...) castelhano, e a gente ficava atendo eles até [tarde] (...). Então eles pegavam [o trem], então tinham que ser atendido em tal hora porque se não eles não pegavam a condução pra voltar pra terra deles. Então a gente trabalhava, às vezes, um horror. Porque ficava atendendo os castelhanos (...).

Quando questionada se o salário que recebia era bom, D. Francisca relata não se lembrar, já a D. Emília é firme e ligeira em dizer “não, um salário mínimo, que bom nada!”. Nesta parte da entrevista, D. Emília expõe sua consciência de classe ao opinar sobre a vida das pessoas trabalhadoras e o salário recebido: “Não era bom, vou te dizer que não era bom. É, sempre o assalariado é mais castigado, não é!”. Os patrões “eram muito exigentes, isso (...)”. Interroguei se eles costumavam reclamar ou chamar atenção das funcionárias e ela “Ah reclamar, reclamam, tu sabe que patrão é coisa mais horrível, (risos), é horrível. Às vezes tem uns que não são, às vezes reclamam de tudo (risos)”. Ao ser questionada se lembrava de algum caso específico em que os patrões foram grosseiros, D. Emília ficou pensativa e respondeu: “Ah não, não me lembro. Porque já com essa idade já tô esquecida das coisas e procurei esquecer também”.

O silêncio sobre o passado pode estar ligado a alguma situação traumatizante, conforme Pollack (1989, 4) “em lugar de se arriscar a um mal-entendido (...) ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?”. No caso de D.Emília, para quê revirar más lembranças se agora elas são apenas passado? Sua resposta evidencia o desejo proposital de esquecer, ou melhor, de não compartilhar algo que provavelmente se lembre e isso nos abre muitas portas para pensarmos em diversas hipóteses, mas principalmente podemos ter a certeza de que essas lembranças são dolorosas e por causar sofrimento não estão entre o que ela deseja recordar e falar sobre.

Em ambos os relatos podemos notar a presença de um discurso próprio de moradoras da fronteira, D. Francisca conta da venda de gado bovino para um “castelhano” que atravessou a Ponte Internacional Mauá com os animais e nunca efetivou o pagamento pela compra:

Ele [o marido que faleceu] coitado tinha vendido um, a gente morava bem na fronteira ali, não é. E ele vendeu uma ponta de gado pro uruguaio castelhano, o castelhano levou, passou pro outro lado depois, [e] nunca me pagou até hoje. Já morreu esse castelhano, sem vergonha, tartamudo esse, prevalecido, prevaleceu duma infeliz duma viúva, cheia de filho (suspiro). E ele tinha vendido 20 tantas rês pro sem vergonha esse e nunca me pagou, diz que eu não tinha como justificar que ele [não pagou]... Ele levou pro Uruguai, matou tudo, vendeu [e] ficou com o dinheiro.

Posteriormente, essa senhora uniu-se em matrimônio com um uruguaio, morou em Montevideo por pouco mais de um ano e depois em Rio Branco por anos (onde montou um comércio com seu marido), fato que influenciou em seus depoimentos em que figuram muitas palavras em espanhol. Já a D. Emília, demonstra na sua narrativa como era a dinâmica das relações fronteiriças no comércio, cruzando sua atuação no trabalho partindo pela valorização dos compradores uriguaio: “É, e a gente vendia muito bem pros castelhanos, barbaridade! Chegava um brasileiro e um castelhano, tu atendia primeiro o castelhano”, até as formas de realização do contrabando de roupas, tecidos, etc:

(...) vinha de Montevideo e todo o lado aí do Uruguai, vinha leva, e tinha gente que era contrabandista (...). Então a gente tinha que ajudar a enrolar, eles compravam (...) tecidos de algodão pra passar na alfândega. Ah, era aquilo e, e ainda a gente atendia e ainda tinha que ajudar a arrumar as coitadas, que era gente que vivia do contrabando. Ah, era engraçado até. Então eles enrolavam aquela peça de 20, 30 metros no corpo, depois tinham um enorme dum vestido. Então parecia gordura aquilo.

D. Emília me fez rir muito com suas histórias, sobretudo porque não imaginava como o contrabando estava tão presente no cotidiano das pessoas que faziam parte do comércio, tanto para brasileiras e brasileiros quanto para o povo uruguaio, pois também utilizavam das compras brasileiras para revender do outro lado. O fato de estarmos num espaço de fronteira traz consigo diferenças cruciais nas formas de vida das pessoas, no caso de D. Francisca sua família constituiu um comércio em Rio Branco porque era o local onde compravam mais, pois a moeda uruguia era mais valorizada; já no caso de D. Emília, havia distinção na hora de atender gente



do Uruguai, pois eles possuíam maior poder aquisitivo e quando iam à loja era para fazer grandes compras.

Diferentemente de D. Emília, D. Francisca apresentou dificuldades em realizar um depoimento sobre sua história de vida: “Às vezes eu tenho vontade, eu sei as coisas (...) eu não sei como é que vou te dizer, (...) não sei explicar. (...) A gente tem aquilo no sentimento (...), mas não sabe botar pra fora aquilo.” Seus sentimentos estão vivos e latentes, é a memória que não foi tão trabalhada para gerar uma narrativa que condiga com a história que ela quer compartilhar de si.

D. Francisca levou alguns minutos para começar a contar sua história, interferi sugerindo que iniciasse na infância, pois ela alertava que não iria conseguir caso eu não ajudasse: “Pois é, não sei como começar (suspiro seguido de silêncio)”. Após o silêncio, iniciou recordando aquilo que ainda estava presente na lembrança de sua infância: “uma infância muito simples e [morava] na campanha né, pouco estudo, a gente não tinha condição de vir ao colégio lá da Costa da Lagoa [até] aqui na cidade”. Mostra na sua fala a dificuldade das pessoas moradoras do campo em frequentar espaços como a escola, e isso se aplica à saúde também, por estes locais serem privilégios de quem estava na área urbana. “Depois botaram os colégios lá nas coxilhas né, mas era muito longe também. Pra ir tinha que ir a cavalo lá, muito longe. E a gente ia ficando assim [sem ter acesso], não é”. Esse lamento sobre a lonjura da escola, ela fez em todas as entrevistas e é possível perceber o quão presente o estudo ou a falta dele estão nas falas das duas senhoras.

Questionei D. Francisca se ela gostaria de ter podido estudar e ela responde: “é a gente queria, [tivemos] professores particular em casa, aprendia a ler [e] escrever, um pouco mais, era [só] com professor particular. E os outros irmãos também (...) os guris [que] vieram pro quartel que estudaram mais”. Também conta com orgulho que seus filhos estudaram, e que um deles “gostava muito de estudar, era muito estudioso, ele nunca rodou, graças a Deus, foi pra Rio Grande estudar lá e lá se formou”. D. Francisca faz a relação do estudo para conquista de um bom trabalho e coloca na falta de estudo do seu primeiro marido, um possível motivo pelo qual seu pai não aprovou seu casamento:

Meu pai este, parece que ele tinha medo que os filhos passassem trabalho e miséria, eu acho. Como aquela pessoa que era sargento do exército, aquele que era [o primeiro] noivo meu, tinha bastante estudo lá, (...) já tinha outro futuro, né. Esse outro [marido] coitado, também não tinha muito estudo nem nada, sabia só trabalhar, já é difícil né tu entrar só com os braços, pra pessoa que não tem estudo já não tem muita oportunidade, né. Tem que ter bom estudo pra agarrar bom emprego, pra tudo né, e o estudo não ocupa lugar.

Ambas iniciam relatando o período da infância na qual não conseguiram terminar o estudo. A diferença entre essas senhoras foi que D. Emília morou no campo até os 12 anos, após esse período passou a morar no centro da cidade e a estudar numa escola central também: “Ah, quando eu estudava, eu não terminei o ginásio completo, não terminei. Acho, fui até a terceira série. Estudava no Joaquim Caetano”. Apesar de a escola ser próxima de sua casa, quando conquistou seu emprego, D. Emília optou por dar continuidade a ele, deixando de lado os estudos:

Aí eu comecei a trabalhar e comecei a estudar de noite, aí eu trabalhava de dia e não terminei porque era muito cansativo, porque a gente trabalhava o dia inteiro e depois de tarde, de noite a gente ia pra aula, ali no ginásio era bem pertinho, (...) [na escola Carlos] Alberto Ribas, era bem perto de casa. E aí não terminei, desisti e segui trabalhando.

Perguntei se hoje, revendo o passado, ela gostaria de ter continuado os estudos, e D. Emília manifesta seu grande arrependimento por não ter colocado a formação entre as prioridades: “ah não, eu de burra que não estudei, nem me fala como eu me arrependo, má! Terminado pelo menos, né! Ah me arrependo muito!”. D. Emília teve três irmãos e uma irmã, segundo sua fala a irmã não estudou nem trabalhou porque se casou cedo e seus irmãos “foram mais do que eu [nos estudos]”. Ela acrescenta sua fala dizendo que “homem tem que estudar né”, e ao ser questionada sobre os motivos dos homens terem que estudar mais, ela responde que seria para “pegar o melhor emprego”.

A relação indissociável dos estudos para a conquista do melhor trabalho é percebida nas duas senhoras, bem como no relato que elas trazem das opiniões de seus familiares. Mesmo cada uma delas não podendo, por diferentes motivos,

estudar, elas expressam ciência de que só com o estudo para adquirir maior respeito e um emprego de qualidade, tanto que D. Francisca descreve, de forma muito contente, as conquistas escolares dos filhos e filhas, como no caso das filhas adotivas:

Elas tiveram toda oportunidade pra estudar, a gente não deixou herança nem dinheiro (...), não tinha pra deixar também, mas dava oportunidade, fazia pra que eles estudassem. A Mara se formou e tudo, a outra também é enfermeira, estudou também.

Sobre seus momentos de lazer, D. Emília deixa claro sua preferência por uma festa popular da cidade, o carnaval. Quando questionei se ela cumpria alguma carga horária de trabalho durante os dias de folia, ela respondeu com forte entonação:

Não! Carnaval eu nunca trabalhei. Levei a sério o carnaval! Não, no carnaval eles nos davam férias sempre, desde (...) primeira vez que eu tirei férias eu quis no carnaval. E aí segui sempre no carnaval, ah no carnaval eu não ia trabalhar de jeito nenhum, ah não aguentava né.

Da mesma forma, o carnaval está presente nas recordações que D. Francisca tem de quando ia para a cidade, na maioria das vezes para acompanhar a mãe e o pai nas compras alimentícias ou para eventos como o carnaval: “no carnaval eu ia ver a cidade, às vezes a gente vinha, nessa idade eu já tava mocinha, (...) tinha 13, 14 anos, 12 anos”. A senhora relata também que “gostava de ver o carnaval, era bonito de antes, melhor que agora, eu acho”. A ideia de um passado melhor que o presente faz parte de determinados relatos das senhoras, especialmente quando elas falam sobre as festas, ainda que elas não frequentem há décadas estes eventos elas possuem opinião formada de como eles estejam acontecendo agora, sempre de maneira pessimista em comparação com o passado vivido por elas.

Depois de sairmos da conversa onde D. Emília pontua os porquês de não ter se casado ela ficou alguns segundos em silêncio, até que recordou de um fato interessante de sua vida: uma viagem de trem com as amigas para Lavras do

Sul/RS. Essa, que poderia ter sido apenas mais uma viagem, não o foi pelo simples fato dela ter mentido para seu patrão que iria levar uns documentos ao seu irmão, quando na verdade ela iria conhecer a cidade e se divertir com sua “turma”. Ela narra muito sorridente como se deram os fatos, inclusive um tio que deu carona às e aos jovens assustou ela, dizendo que tinha contado ao patrão a verdade:

Uma vez eu viajei escondido, na minha casa sabiam né, mas pro patrão eu inventei que tinha que levar uns papel em Rio Grande pro meu irmão que morava lá, (risos) e fui pra Lavras, pra lá de Bagé. Fui com as minhas amigas! E depois chegou na volta um tio delas disse assim pra mim, bá eu cheguei na [loja] Elegante e botei um ovo. O que, que fizesse? Que, que o senhor fez? [o senhor responde] Ah, disse que tu tinha viajado com a minha sobrinha, pra Lavras!.

Por fim, o tal tio diz que não foi na Loja em que ela trabalhava, mas, até contar a verdade, a jovem já estava planejando mil formas de engambelar o patrão: “Ah, mas tu fez eu ir da estação [até] aqui pensando no que que eu ia dizer, eu menti que ia levar uns papeis e que ia pra Rio Grande, e como é que eu ia tá em Lavras?! Eu digo, e agora que que eu vou dizer”. A trabalhadora mostra aí uma das maneiras utilizadas para conseguir realizar atividades que não teria realizado por ser trabalhadora do comércio. Ao fazer as transcrições fiquei entusiasmada pela história da viagem e no encontro seguinte minha primeira pergunta foi se ela havia realizado outras viagens, ela responde e confirma com a cabeça:

Já viajei, sim. Todas as férias minhas eu passava o carnaval e me mandava, fui ao Rio (RJ) duas vezes, a São Paulo uma, porque meu irmão mora no rio né. (...) fui a Montevideú, fui a Punta del Leste, eu conheci muito, muitas cidadezinhas e ia nas minhas férias.

O fato de ela utilizar suas férias para viajar auxiliou no capital cultural adquirido hoje. Nossa conversa rendeu nesse sentido, ela me contou sobre monumentos que conheceu, sobre a beleza da arquitetura dos teatros na Bahia, a maravilha que é o Cristo Redentor no Rio de Janeiro e a sua predileção em viajar de ônibus, pois assim poderia ir observando as cidades ao longo do caminho: “Não, fui

de ônibus, pra conhecer as cidades que a gente passava, porque de avião a gente sobe aqui e desce lá, e de ônibus não”.

O trabalho inevitavelmente era fator que diferenciava as mulheres dos homens. Por mais que as mulheres estivessem ocupando um espaço público, recebendo salários e direitos trabalhistas, a relação entre o público e o privado ainda era inseparável. Arlette Farge (1994) fez seus estudos através da perspectiva de estudo do privado e do público como unidade, frente ao que Raquel Soihet (SOIHET, 1998, 81) chamou de enfoque tradicional “privado versus público”. No caso de D. Francisca, trabalhar dependia da esfera privada pra dar sustentação ao trabalho, como com quem deixar os filhos e a realização do trabalho doméstico. Pois de acordo com ambas a D. Francisca “nessa época não tinha creche” e D. Emília acrescenta relatando que para poder trabalhar as mulheres “deixavam [as crianças] com as avós ou então pegavam uma babá, como é, contratavam uma babá. Que é pra cuida, ficar com os filhos dela, era antigamente era [assim]”. D.Emília não possuía filhos para ajudar a sustentar, mas no caso dela era preciso uma aceitação de seu trabalho pela família com quem morava. O homem não precisa pensar com quem deixar os filhos pra trabalhar, nem aceitação familiar e social, já a mulher sim, tornando indissociável a relação do privado e do público na vida delas.

De acordo com D. Francisca, “quando a gente pode trabalhar é bom, tem outros que não podem (...) com os filhos dá trabalho, é lavando roupa de criança, cuidando, arrumando a roupa deles (...). Com filho não é brincadeira”, já que a condição de trabalhadora assalariada não lhe retira os compromissos como trabalhadora no lar também, impondo um novo ritmo a sua vida. Logo após ficar viúva, para poder trabalhar D. Francisca precisou se separar dos filhos, espalhando um para cada canto, um ficou com a família com a qual trabalhavam em sociedade, outros dois ficaram por um tempo na “Cidade dos Meninos”, local onde, segundo ela, ficavam as crianças órfãs ou muito pobres. O bebê, ora ficava com ela, ora com uma amiga. Com seu salário, D. Francisca diz que “tapeava [dava um jeito] daqui, dali com as crianças, né, com os meus filhos”. Com D. Emília foi diferente, ela ajudava em casa, mas “não ajudava com dinheiro, ajudava, por exemplo, se precisasse duma roupa, (...) era ai que eu ajudava. Com dinheiro não”. A maior obrigação que tinha era com ela mesma, pois “a gente mais quer trabalhar que é pra comprar as coisas pra gente”, já que “nem casei nem tive filho”.

Ambas foram trabalhadoras nos períodos que seguem as décadas de 1950 e 1960, busquei saber se elas se inseriram em sindicatos ou espaços tradicionais de política, como partidos. D. Francisca, quando questionada se já havia participado de algum tipo de organização política como sindicato, ou alguma outra organização de mulheres, responde “que eu lembre não”, tentei provocá-la a continuar sobre o assunto, perguntando se nem de partidos políticos ela fez parte e ela “também não”. Com D. Emília procurei saber se ela participava do sindicato dos comerciários, e ela responde com um tom alto e certo: “Ah não, não. Não gostava de política e nem de... (silêncio)”.

Ela conta que o seu patrão, sim, era político, ela não. Também conta que na época todas as funcionárias da loja eram sócias, inclusive ela, porque era obrigado “era sócia, era. Todos os funcionários tem que ser sócio desse.”. Perguntei o motivo e ela tentou explicar, exemplificando: “ah, por exemplo, acho que um advogado, se tu precisa tu vai lá (...) na associação comercial e consegues um, ou outras coisas, que eu nem lembro mais”. D. Emília nunca teve contato com o sindicato, então fiquei curiosa para saber como ela era sindicalizada, “não, eles que sindicalizam a gente. (...) O patrão que é, automaticamente eles (...) põem a gente, por exemplo, naquela época era (...) quatro cruzeiro, [ou] dois cruzeiros. Por mês descontavam o salário da gente”.

Demos continuidade à conversa relacionada à política e avancei perguntando sobre possíveis movimentos populares como protestos na época, disse que tinha curiosidade pra saber como se dava a luta pelos direitos em Jaguarão no período vivido por ela. Refleti alto “será que teve algum protesto alguma vez aqui” como forma de buscar uma resposta dela, e deu certo. D. Emília soltou um “não, aqui em Jaguarão não fazem nada!” e continuou: “(...) às vez a gente agora pensa: naquele tempo era todo mundo bobão”. Termina de forma animada, afirmando a diferença daquele período para o tempo presente: “É (risos). Deixavam [não lutavam pelos direitos], hoje não, hoje a gente luta pela categoria, não é”. E assim finaliza se colocando dentro da perspectiva das trabalhadoras que lutam. Soihet (1998, p. 81) problematiza isso acentuando que:

Não se trata de excluir a abordagem das mulheres no terreno da política formal, mas urge não ignorar esse tipo de manifestações, típicas da resistência dos segmentos populares, sob o risco de inversão do problema, passando-se a focalizar as mulheres apenas sob a ótica da classe e do sexo dominante.

Logo, Rachel Soihet (1998, 81) em “História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento” destaca que é preciso redimensionar os olhares quando falamos das mulheres na política, de forma a acentuar outras formas de participação e liderança fora dos locais padronizados e tidos como principais do meio político, neste caso, sindicatos e partidos. Arlette Farge reflete sobre a presença da política na vida das mulheres, considerando que na história das mulheres o jogo político não possui um caráter de evidência. E continua:

Onde situar o político e como qualificá-lo? Utilizar a ideia de dominação, afirmando que é universal e que tem como efeito a necessária exclusão das mulheres da esfera política é ater-se a uma constante que em nada se parece a uma análise. Se há bloqueio, é talvez porque pôr em marcha o estudo da dominação, tanto pelo lado da opressão como pelo da rebelião, não permite apreendê-la como uma relação dialética. (FARGE apud Soihet, 1998, 80)

As trajetórias dessas duas senhoras foram compostas por fatores específicos, por escolhas, renúncias, pelo que foi ou não dito, pelas práticas sociais, pelos modos de trabalho, todas são falas singulares que nos levam a pensar que mesmo sendo mulheres que viveram no mesmo período histórico são pessoas únicas e tiveram vivências que construíram a visão delas de como foi o passado. Por algum tempo acreditou-se que as mulheres apesar de pertencerem a diferentes grupos sociais e étnicos, agiriam da mesma forma em todas as situações, visto que, estariam condicionadas pelos fatores da sua natureza.

No texto de Benito Schmidt sobre duas mulheres comunistas de Porto Alegre, ele traz essa problemática questionando os porquês delas serem tratadas de formas distintas (silenciamento de uma, valorização da outra), sendo que ambas eram militantes do partido, evidenciando, assim, as ambiguidades e diferenças nas

trajetórias e escolhas delas (2006, 12-13,). Com as minhas entrevistadas não foi diferente, apesar delas terem tido trajetórias parecidas, elas se diferenciam em diversos aspectos e por isso, cada uma teve uma vida própria. Schimidt demonstra no seu trabalho as particularidades dessas mulheres, e isso nos faz refletir que não se pode escrever a história da mulher no singular, mas sim, a história das mulheres, de forma plural e abrangente.

Nesse capítulo, abordei a partir dos relatos das duas senhoras as formas com o que trabalho estava presente em suas vidas. Elas nos apresentaram saberes específicos aprendidos ao longo da jornada de trabalho, a visão delas sobre o estudo para a conquista de serviços com melhores salários, as dificuldades enfrentadas pela carga horária trabalhada, as memórias silenciadas sobre as relações com as e os chefes, a dificuldade da trabalhadora que também era mãe que necessitava de alguém para deixar as crianças e todo um cotidiano que também incluía as diferentes formas de lazer, infelizmente silenciadas nas memórias da D. Francisca, mas muito bem recordadas nas de D. Emília.

]



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro desse emaranhado de memórias podemos reconhecer saberes através das informações analisadas nos depoimentos que nos auxiliam na busca da construção histórica da vida dessas senhoras. Isso nos possibilita ir além da vida individual delas, já que no cerne das narrativas estavam contidos outros sujeitos históricos, formas culturais compartilhadas pelas pessoas no período, dificuldades que não só elas como muitas mulheres passaram, mas que é graças às narrativas orais delas que temos a oportunidade de destacá-las e colocarmos num patamar de importância.

Essa tinha sido minha primeira experiência com a pesquisa histórica através da oralidade, senti na pele alguns dos desafios mais caros que foram principalmente a dependência dos dias e horários para realizar as visitas e as entrevistas. Aconteceu de combinarmos uma data e chegar na hora a senhora estar indisposta ou estar recebendo outras visitas, o que dificultaria a realização de uma conversa de cunho pessoal, como foram as nossas. Com a passagem das entrevistas me senti cada vez mais próximas da D. Emília e da D. Francisca, aos poucos percebia o quão prazeroso era ouvir e o quanto lidar com os relatos me enchia de responsabilidade. Nesse terreno da História oral, optei, como foi visto, em deixá-las o máximo possível contarem de acordo com suas memórias, as suas histórias, sendo fidedigna nas transcrições e utilizando-as como forma de dar voz a estas mulheres até então desconhecidas pela história. Com as entrevistas e as transcrições alcancei a produção de novas fontes que podem ser úteis para outras pesquisas além da minha.

Nas entrevistas com D. Francisca senti o que Pietro Clemente descreve “é como se os pesquisadores que entram em diálogo com uma dor que a razão não consegue controlar ficassem contaminados por ela e precisassem começar a fazer sua própria elaboração dessa perda” (Clemente apud Portelli, 1998, 107). Desde o primeiro encontro fiquei muito angustiada com o que ouvi, o fato dela ter ficado viúva e sofrido pela separação dos filhos, tudo isso unido ao episódio dela ter se casado com alguém que não gostava, realmente me deixou desconcertada, ainda mais por ter vínculo de parentesco. Mesmo a sua fala tendo sido bem contida, o seu silêncio

foi determinante pra saber que tinha mais para ser dito. Da parte da D. Emília senti certa empolgação (que também me empolgou) em contar suas histórias, nas visitas ao asilo tínhamos uma sala especialmente para nós duas e lá ficávamos a sós, então ela tinha liberdade para falar sem que outras pessoas estivessem a ouvindo. Acredito que esse tenha sido um dos fatores que também contribuíram na sua desenvoltura das narrativas.

No primeiro capítulo notamos as ambiguidades, limitações da memória, identidades das senhoras, construídas pelas memórias trazidas através da oralidade. Por mais que eu quisesse, num primeiro momento, estabelecer uma ruptura nas relações experienciadas por elas do privado e do público, ao longo das entrevistas fui percebendo que não têm como separar o que tem ligação tácita na vida das mulheres. A diferenciação dos trabalhos das mulheres e dos homens é perceptível na fala das senhoras, D. Francisca acusa essa diferenciação quando relata que as mulheres fazem toda a lida doméstica e os homens nem ajudam.

No segundo capítulo, sobre os salários recebidos percebemos, na posição de D. Emília, um desabafo contando que os salários não eram bons, pois quem trabalha assalariado sempre é mais prejudicado. Apesar disso, o trabalho para D. Emília significava uma autoafirmação de liberdade e de independência, já que juntava o seu dinheiro para realizar viagens nas férias, algo que provavelmente só tenha conseguido fazer porque ainda morava com sua família e seu salário não era determinante na sobrevivência das pessoas da casa. Diferente de D. Francisca, que ao enviuvar ficou à mercê da sorte, sem casa, com três crianças e carregando no ventre o quarto filho, precisando assim se virar como pôde para sobreviver, inclusive “optando” (mais uma questão de sobrevivência do que opção propriamente dita) por um trabalho numa área que não havia sido prevista e combinada com ela.

Ainda é possível perceber que o trabalho assalariado não foi suficiente para tornar essas mulheres livres, mesmo trabalhando ambas foram condicionadas às jornadas de atividades dentro e fora do lar. D. Emília permaneceu dependendo da sua família, pois o dinheiro que recebia utilizava para comprar poucas coisas, servia mais para satisfazer as suas necessidades básicas (incluindo o lazer) e D. Francisca permaneceu na lógica patriarcal, pois mesmo após seu segundo casamento, continuou trabalhando dentro e fora de casa.

Nesse período não havia creche para que as trabalhadoras deixassem suas crianças, conforme elas contam. Assim, duas das quatro crianças de D. Francisca passaram um tempo morando no orfanato da cidade, para terem oportunidade de se alimentarem e dormirem. A senhora traz nas suas falas as lamentações de uma mãe que quis muito juntar os filhos, quis tanto a ponto de se casar com alguém por quem não estava apaixonada, pois viu nele a possibilidade de ter sua família unida novamente. O fato de D. Francisca não ter conseguido juntar as crianças durante a época que trabalhava no hospital é uma pista para analisarmos o salário dela já que ela relatou não se lembrar. Provavelmente esse trabalho não lhe oferecia um salário suficiente para ela alugar uma casa, mantê-la com as contas de água e luz, alimentação e estudo dos filhos, tanto que ela relata que quando o esposo faleceu ela acabou deixando um de seus filhos com a família com quem trabalhava em sociedade, pois ela não tinha nada de “melhor para oferecer ao filho”, assim como dormia à noite no próprio hospital, pois não tinha casa que fosse dela mesma.

Essas duas senhoras iniciaram com trajetórias de vida muito parecidas. Mas isso não influenciou nos modos pelos quais elas viveram as suas vidas, fizeram suas escolhas, tiveram seus relacionamentos. D. Emília optou por uma vida mais estável, trabalhou durante toda sua vida no mesmo emprego, construiu laços de amizades duradouros na cidade, mesmo vendo suas amigas mudando-se para outras regiões e tendo oportunidade de morar no Rio de Janeiro com seu irmão, escolheu seguir em Jaguarão e continuar a trilhar a sua própria vida. Infelizmente teve sua perna amputada e foi só por isso que precisou ir para o asilo, pois ela conta que se não fosse isso, estaria até hoje morando em sua casa, fazendo suas voltas e não estaria necessitando de auxílio para fazer coisas básicas. D. Emília não casou, nem teve filhos, e talvez isso tenha feito a diferença na história dela, ela pode ter uma vida, digamos, mais libertária, pode viajar diversas vezes, ir a festas, passear, não tendo os mesmos compromissos que uma mulher com filhos teria na época.

Quanto à representação dos padrões tidos como apropriados de trabalho para mulher e trabalho para homem, considerando os relatos das duas senhoras, não houve uma transformação naquele período dos significados representativos atribuídos aos gêneros femininos e masculinos. Pelo contrário, nas falas é reforçada a ideia da divisão sexual dos trabalhos, embora não seja algo que elas concordem, mas elas evidenciam a existência nas partes em que falam que mulheres não

trabalham em lojas de roupas e variedades (como era a que a D. Emília trabalhava) e quando D. Francisca argumenta que apesar de ajudar a trazer lenha para a cozinha, eram as mulheres da casa quem faziam todas as tarefas, que não tinham folga e estavam sempre em constantes atividades. Ela delimita na sua fala o espaço em que os homens eram criados para não ocupar, como já colocado no primeiro capítulo, a senhora diz que naquele período homem “só trabalhava no serviço de homem” e o serviço de homem não era os afazeres do lar.

Por ser uma pesquisa realizada num curto tempo não consegui explorar toda a potencialidade que as fontes permitem, ainda assim, acredito que os objetivos principais foram alcançados, que eram dar vozes às trabalhadoras e buscar com isso, compreender aspectos até então desconhecidos do trabalho de âmbito formal realizado por mulheres de Jaguarão. Com a realização da pesquisa micro - histórica, espero estar contribuindo com as abordagens que se utilizam do viés local, neste caso trazido por trajetórias de indivíduos comuns, para entender aspectos mais amplos da macro – história. Dessa maneira, tivemos a chance de adentrar um pouco na vida de pessoas e refletir sobre seus comportamentos, escolhas, modos de sentir, fuga ou não à normatividade, entre outras possibilidades de análises que as leitoras e leitores estão livres a fazerem.

## REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOTH, Elizabeth. Família e rede social. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DELGADO, Andréa Ferreira. A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In A escrita da história: novas perspectivas. Peter Burke, org. São Paulo: Editora UNESP. 1992.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORI, Mary (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: Edusc, 1998.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres (1ª ed., pp. 190). (A. M. S. Corrêa, Trad.). São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO,

J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCOTT, J. El género: una categoría útil para el analisis historico. In: AMELANG, J.; NASH, M. Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea. Valencia: Ediciones Alfons El Magnanim, Institución Valenciana d'estudis y investigación, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero [versão eletrônica], Cadernos Pagu, 16, 115-136. Disponível em: <http://dxdoi:10.1590/S0104-83332001000100007>. Acessado em 16 de julho de 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHMIDT, Benito. Gilda e Lila: duas maneiras de ser mulher e comunista em Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1950. Dossiê História Oral, v. 9, n. 2. jul.- dez. 2006.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo, org. Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social [versão eletrônica], Cadernos Pagu (3) 1994. Disponível em: [http://dxdoi/cadpagu\\_1994\\_3\\_3\\_TILLY%20\(1\).pdf](http://dxdoi/cadpagu_1994_3_3_TILLY%20(1).pdf) Acessado em 15 de julho de 2014.

WEINSTEIN, Bárbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não qualificadas à esposas profissionais. Cadernos Pagu - fazendo história das mulheres. Campinas, Núcleo de Est. de Gênero/UNICAMP, 1995.